



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS

DE MACAÉ – CMPCM Aos nove dias do mês de julho de dois mil e vinte e seis, em segunda convocação, realizou-se a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Políticas Culturais de Macaé – CMPCM, em formato híbrido, presencialmente no CRIASANA, situado no distrito do Sana, e por meio de plataforma virtual, conforme Edital de Convocação previamente publicado. A reunião foi aberta pelo Presidente do Conselho, Marcos Outeiro Santos – Kuíka, após o registro dos participantes e a confirmação das condições para início dos trabalhos em segunda chamada. No início da reunião, foram registrados como conselheiros presentes: Marcos Outeiro Santos – Kuíka, representante da Produção Cultural; Janine Martins, representante da Secretaria Municipal de Cultura; Juliana, representante do Artesanato; Grazi, representante do Patrimônio; Brenda, representante do Teatro; Jaque Esteves, representante da Música; Marlon; Daiane, representante do Turismo; e Ana Carolina, representante da Procuradoria. Posteriormente, também foi registrada a presença de Daniel, suplente de Artes Plásticas, e de Raíla, representante da Literatura. Participaram ainda, presencial ou virtualmente, representantes da sociedade civil, entre eles Rosângela, Lelis, Gilberto Alves, Júnior Moreno, Luciano Soares, José Augusto Barbosa Apolinário, Jane da Conceição Ribeiro, Maria do Rosário, Magno Medina Boechat, Fabiano Freitas, Sandro Jovino da Silva, Yasmin de Oliveira e Silva, Carolina Bianchi, além de outros participantes que ingressaram durante a reunião. Aberta a pauta, iniciou-se pela apreciação das atas anteriores. Foi esclarecido que a ata da reunião de abril já havia sido aprovada anteriormente. Quanto à ata da reunião ordinária de 14 de maio de 2026, informou-se que haviam sido realizadas as alterações anteriormente solicitadas, inclusive a inclusão das manifestações feitas no Sana. Colocada em votação, a ata de 14 de maio foi aprovada pelos conselheiros presentes e pelos que participavam virtualmente. Foi esclarecido que a ata referente à reunião de junho não havia sido incluída expressamente no Edital de Convocação para aprovação naquela data, razão pela qual sua apreciação ficou transferida para a reunião seguinte. Ainda sobre as atas, surgiu debate quanto à forma de disponibilização e aprovação dos documentos. Foi defendido que as atas fossem previamente encaminhadas aos



31 conselheiros e também compartilhadas com as respectivas câmaras setoriais, de modo
32 que os participantes das reuniões pudessem verificar se suas manifestações estavam
33 corretamente representadas e encaminhar eventuais ressalvas aos respectivos
34 conselheiros antes da votação. Ressaltou-se que a extensão da ata não deveria ser
35 limitada artificialmente, uma vez que o caráter democrático do Conselho pressupõe
36 debate, manifestação e registro das falas pertinentes. Ao final, ficou reafirmada a
37 orientação de que as minutas fossem compartilhadas previamente com as setoriais,
38 contribuindo para otimizar o tempo das reuniões. Na sequência, passou-se à situação
39 das vagas existentes no Conselho nas áreas de Audiovisual, Cultura Popular, Literatura
40 e Teatro. Foi esclarecido que, nas hipóteses de vacância decorrentes de renúncia ou
41 saída de conselheiro já eleito, a recomposição poderia ocorrer mediante indicação e
42 posterior votação pelo plenário. Surgiram dúvidas específicas quanto às vagas do
43 Audiovisual, que apresentava mais de uma vacância, e da Literatura, diante da saída de
44 representante anteriormente eleita. Após discussão, foi apresentada proposta para
45 que os conselheiros formalizassem, no prazo máximo de quinze dias, indicações de
46 pessoas interessadas e aptas a ocupar as vagas existentes, para que as indicações
47 fossem apreciadas na reunião seguinte. A proposta foi submetida à votação e
48 aprovada, sendo também facultado aos participantes presentes que manifestassem
49 interesse em integrar o Conselho nas respectivas vertentes. Antes de ingressar
50 propriamente na pauta da PNAB, foram apresentados informes sobre reunião
51 anteriormente realizada com a Secretária Municipal de Cultura. Kuíka informou que
52 um dos assuntos tratados foi a necessidade de apoio administrativo permanente ao
53 Conselho, previsto na legislação de criação do colegiado. Janine esclareceu que a
54 Secretaria havia designado uma servidora da área administrativa para prestar suporte
55 na organização documental, no acompanhamento de e-mails, ofícios, atas e demais
56 demandas administrativas do Conselho, sem que isso significasse sua inclusão como
57 membro do colegiado. A medida foi considerada importante para reduzir a sobrecarga
58 da Mesa Diretora e melhorar a organização administrativa. Outro tema tratado nos
59 informes foi a efetiva operacionalização do Fundo Municipal de Cultura. Inicialmente,
60 esclareceu-se que o Fundo já possui criação legal, CNPJ e previsão orçamentária, mas



61 ainda depende de providências administrativas para funcionar plenamente, incluindo
62 regularização cadastral, abertura ou regularização de conta bancária e estruturação da
63 equipe responsável por sua gestão financeira. Janine informou que o gestor legal do
64 Fundo é o Secretário Municipal de Cultura, sendo ela Gerente do Fundo Municipal de
65 Cultura, e explicou que ainda havia necessidade de definição de responsáveis pelas
66 funções contábeis e de tesouraria. Ressaltou que a operacionalização passou a ter
67 caráter urgente em razão das exigências da PNAB para os próximos ciclos. Lelis
68 apresentou extensa manifestação sobre o Fundo Municipal de Cultura, relacionando
69 sua importância às alterações decorrentes da reforma tributária. Defendeu que o
70 Município avance para uma política de financiamento direto por meio do Fundo e que
71 seja assegurado, em lei e no orçamento municipal, percentual ou dotação específica
72 destinada à cultura, evitando que o financiamento dependa exclusivamente da decisão
73 circunstancial de cada gestão. Ressaltou a necessidade de que o tema seja debatido
74 antes da elaboração e aprovação dos instrumentos orçamentários do exercício
75 seguinte. Durante o debate, foi enfatizado que o Fundo Municipal de Cultura não deve
76 servir exclusivamente como instrumento de recebimento dos recursos da PNAB, mas
77 como estrutura permanente para captação, recebimento e distribuição de recursos
78 destinados às políticas culturais municipais. Patrícia, que se apresentou como ex-
79 conselheira estadual de cultura, relatou a experiência de implantação do Fundo
80 Estadual de Cultura e destacou que fundos municipais ativos são necessários também
81 para viabilizar transferências fundo a fundo provenientes do Estado, ressaltando a
82 importância de fazer com que esses recursos efetivamente cheguem aos fazedores de
83 cultura. Também foi lembrado que, em períodos anteriores, entidades culturais de
84 Macaé deixaram de acessar recursos estaduais em razão da ausência de
85 operacionalização do Fundo Municipal. Diante das manifestações, Lelis propôs a
86 criação de um Grupo de Trabalho específico para acompanhar a implantação e
87 funcionamento efetivo do Fundo Municipal de Cultura, possibilitando que o Conselho
88 acompanhasse conjuntamente com a Secretaria todas as etapas administrativas, legais
89 e orçamentárias. A proposta foi acolhida e, após discussão acerca da coordenação do
90 grupo, Luma manifestou disponibilidade para encabeçar o trabalho, ficando



91 responsável pelo GT do Fundo Municipal de Cultura. Na sequência, foi abordada a
92 pauta referente à legislação municipal de proteção ao patrimônio cultural. Kuíka
93 relatou que, na reunião com a Secretária Municipal de Cultura, havia sido questionado
94 se existia trabalho em curso voltado à atualização da legislação de patrimônio, tendo
95 sido sugerida a criação de um Grupo de Trabalho para auxiliar na construção e
96 regulamentação de uma política municipal mais abrangente. Ressaltou preocupação
97 específica com edificações e instituições históricas, citando a Lira dos Conspiradores e
98 a Nova Aurora, defendendo que eventuais processos de tombamento sejam
99 acompanhados de previsão de recursos para conservação e manutenção dos bens,
100 evitando que o reconhecimento formal do patrimônio não seja acompanhado de
101 condições efetivas de preservação. O debate sobre patrimônio tornou-se mais amplo.
102 Grazi, representante da vertente, destacou que a política municipal de patrimônio não
103 poderia se limitar a imóveis ou instituições isoladas, devendo considerar patrimônio
104 material, imaterial e natural, terreiros, manifestações culturais tradicionais e demais
105 referências de identidade e memória do Município. Ressaltou que Macaé precisa
106 avançar na estruturação de um verdadeiro Sistema Municipal de Patrimônio, inclusive
107 com instrumentos administrativos adequados, como livros de registro e tombamento.
108 Também ponderou que a vertente de Patrimônio deveria participar desde o início da
109 construção dessas pautas e criticou a ausência de consulta prévia à setorial antes da
110 reunião realizada com a Secretária. Durante esse momento houve debate mais intenso
111 entre Grazi e Kuíka acerca das atribuições da Presidência, das câmaras setoriais e dos
112 Grupos de Trabalho, tendo sido defendida a necessidade de observância do Regimento
113 Interno e de maior articulação entre a Presidência e as vertentes específicas antes do
114 encaminhamento de determinadas pautas. Grazi chamou atenção para a necessidade
115 de revisão do próprio Regimento Interno do Conselho, que contém dispositivos
116 considerados desatualizados, e defendeu que os conselheiros conheçam melhor suas
117 atribuições e os limites institucionais de cada função. Também registrou incômodo
118 com manifestações que considerou desrespeitosas e misóginas ocorridas em
119 discussões anteriores. Janine interveio no sentido de buscar conciliação, destacando
120 que, apesar das divergências de forma e estratégia, os conselheiros demonstravam



objetivo comum de proteção do patrimônio cultural. Ressaltou a importância da união entre as diferentes vertentes e enfatizou que a perda de um bem cultural pode ser irreversível. Observou que há legislações municipais antigas e desatualizadas, algumas vinculadas a estruturas administrativas que sequer existem mais, reforçando a necessidade de revisão e organização da política de patrimônio. Após o debate, discutiu-se se deveria ser criado um GT de Legislação amplo ou um grupo específico para a pauta patrimonial. Considerando o volume de matérias legislativas e a necessidade de maior objetividade, prevaleceu a proposta de criação de um **GT de Patrimônio**, destinado a aprofundar a legislação, dialogar com a Câmara Municipal e demais órgãos envolvidos e apresentar subsídios ao Conselho. Grazi ficou responsável pela condução do GT de Patrimônio. Houve ainda breve discussão sobre a função dos Grupos de Trabalho. Gilberto ponderou que GTs deveriam, preferencialmente, ser utilizados para temas multidisciplinares, uma vez que as próprias câmaras setoriais já possuem atribuição de discutir matérias específicas de suas áreas. Outros participantes defenderam que determinados assuntos, mesmo relacionados a uma vertente, demandam aprofundamento técnico e articulação com diferentes órgãos, justificando a criação de grupos temporários. Foi reafirmado que os GTs possuem finalidade específica, prazo e objetivos delimitados, à exceção de estruturas de natureza permanente, como o GT de Comunicação. Em razão do avanço do horário e da extensão das pautas, iniciou-se debate sobre a organização dos trabalhos. Considerando que a PNAB demandaria discussão longa e que havia significativa presença da sociedade civil do Sana aguardando para tratar do CRIASANA, foi apresentada proposta para priorizar, naquela reunião, a pauta específica do equipamento e transferir a discussão aprofundada da PNAB para uma reunião extraordinária. A proposta foi submetida aos conselheiros e aprovada. Ficou definido que seria posteriormente agendada reunião extraordinária, preferencialmente on-line e em horário noturno, para tratar prioritariamente da PNAB e permitir maior participação dos trabalhadores da cultura. Passou-se, então, à pauta referente ao CRIASANA. Juliana explicou que, na reunião anterior, havia apresentado questões recebidas de algumas pessoas relacionadas ao funcionamento do espaço,



151 especialmente quanto ao cumprimento do Regimento Interno, à necessidade de
152 presença de gestor responsável durante todo o período de funcionamento e a outras
153 demandas administrativas. Esclareceu que os relatos não representavam
154 necessariamente a totalidade dos artesãos, mas que, enquanto conselheira, tinha o
155 dever de encaminhar denúncias e demandas recebidas, ainda que provenientes de um
156 grupo minoritário. Informou que, após questionamentos de integrantes do CRIASANA,
157 havia sido realizada retificação para deixar claro que a manifestação não correspondia
158 à posição unânime do coletivo. Representantes do CRIASANA manifestaram
159 preocupação com a redação do primeiro documento, afirmando que ele poderia ter
160 transmitido a impressão de que as reclamações representavam a totalidade dos
161 artesãos. Ressaltaram que muitos participantes do espaço não haviam sido
162 previamente consultados e defenderam que decisões relacionadas ao funcionamento
163 da feira considerassem principalmente a experiência daqueles que efetivamente
164 vivenciam cotidianamente o equipamento. Também foi reconhecida a legitimidade do
165 direito de qualquer pessoa apresentar denúncia ou demanda ao Conselho, sendo
166 ressaltada apenas a necessidade de clareza quanto à origem e representatividade das
167 manifestações. Fernanda reforçou que o principal problema havia sido a forma de
168 redação do documento, defendendo que futuras manifestações deixem
169 expressamente registrado quando se originarem de denúncias individuais ou de grupos
170 específicos, evitando que sejam interpretadas como posicionamento coletivo. Brenda,
171 por sua vez, relatou situações de possíveis retaliações e dificuldades vivenciadas por
172 artesãos e expositores, defendendo maior inclusão e ampliação do acesso ao
173 CRIASANA. Propôs, inclusive, reflexão sobre o nome e os objetivos da feira, sobre a
174 possibilidade de exposição de moradores e artesãos que não possuem box e sobre a
175 revisão de regras que exigem presença contínua dos expositores em determinados
176 dias e horários. Argumentou que o regimento deve considerar a realidade dos
177 trabalhadores da cultura, que frequentemente precisam exercer outras atividades para
178 complementar renda. Também foi discutida a insuficiência de pessoal para
179 funcionamento do equipamento. Foram relatadas situações em que o servidor
180 responsável pelo espaço acumularia funções de abertura, fechamento, limpeza e apoio



181 geral, sem equipe suficiente para atender todo o período de funcionamento. Os
182 participantes defenderam a presença de profissionais para gestão, segurança, limpeza,
183 apoio administrativo e articulação institucional. Mário Marcos, conhecido como Toddy,
184 destacou que um equipamento com as características do CRIASANA deveria contar
185 com atuação integrada de diversas áreas da administração municipal e não depender
186 de uma única pessoa para solucionar questões operacionais, administrativas e de
187 relacionamento com outras Secretarias. Durante o debate sobre o regimento,
188 integrantes do CRIASANA ressaltaram que as regras devem considerar prioritariamente
189 aqueles que mantêm o funcionamento cotidiano do equipamento, cumprindo
190 horários, abrindo os boxes e dependendo economicamente das atividades ali
191 desenvolvidas. Outros participantes defenderam que, embora os atuais expositores
192 devam possuir peso relevante na discussão, a comunidade do Sana e outros artesãos
193 interessados também precisam ser ouvidos, considerando que se trata de
194 equipamento público mantido com recursos municipais. Foi debatida a existência de
195 boxes itinerantes como mecanismo de ampliação da participação, havendo posições
196 distintas acerca da adequação desse modelo e da necessidade de disponibilização de
197 boxes permanentes para moradores que possuem peças, produtos ou estruturas de
198 difícil deslocamento. Ainda na pauta do CRIASANA, Rômulo relatou dificuldades
199 burocráticas para receber cachê referente a apresentação musical realizada no
200 equipamento, mencionando exigências relacionadas a alvará, emissão de nota fiscal e
201 demais documentos. Também questionou como funciona a ordem ou fila de
202 convocação de artistas credenciados. A partir dessa manifestação, foi sugerido que a
203 Secretaria Municipal de Cultura disponibilizasse atendimento periódico no Sana para
204 auxiliar artistas e agentes culturais nas etapas burocráticas de credenciamento e
205 pagamento, tendo em vista as dificuldades de deslocamento e de acesso à internet
206 existentes na região. Marcelo trouxe ao debate o Novo Marco Regulatório do Fomento
207 à Cultura, defendendo a necessidade de desburocratização dos procedimentos de
208 contratação e pagamento dos artistas e questionando a aplicação de exigências
209 próprias da legislação de licitações às atividades culturais. Janine esclareceu que a
210 Secretaria já vinha discutindo a matéria com outros órgãos municipais, incluindo



211 Controladoria, Fazenda, Planejamento e Procuradoria, destacando que algumas
212 exigências ultrapassam a competência exclusiva da Secretaria de Cultura. Informou
213 que o novo processo de credenciamento já buscava simplificar procedimentos,
214 inclusive com tramitação on-line, sem retirar a possibilidade de atendimento
215 presencial para aqueles que possuam dificuldade de acesso digital. Janine esclareceu
216 especificamente o caso apresentado por Rômulo, informando que o pagamento não
217 estava retido por inércia da Secretaria, mas dependia da conclusão da documentação
218 necessária, especialmente emissão de nota fiscal após a regularização do alvará.
219 Explicou que alterações tributárias recentes haviam gerado dificuldades sobretudo
220 para contratações por CPF e que, quando possível, a atuação como MEI poderia
221 facilitar os procedimentos. Quanto ao pedido de apoio aos agentes culturais do Sana,
222 acolheu a sugestão e propôs que, nas reuniões ordinárias realizadas no distrito, a
223 Secretaria disponibilize equipe para prestar orientações sobre credenciamento,
224 documentação e pagamento, sem prejuízo dos canais de atendimento já existentes.
225 Retomando o debate sobre o Regimento Interno do CRIASANA, Janine reconheceu que
226 existem conflitos legítimos entre os interesses dos artesãos que ocupam
227 permanentemente os boxes, aqueles que estão fora do equipamento e os demais
228 agentes culturais e moradores da região. Ressaltou que a Administração precisa buscar
229 solução equilibrada, considerando, de um lado, o benefício conferido àqueles que
230 utilizam estrutura pública permanente e, de outro, as obrigações de funcionamento
231 decorrentes dessa utilização. Afirmou não existir, naquele momento, processo amplo e
232 formal de alteração do Regimento, além de ajustes pontuais relacionados a horários,
233 mas reconheceu, diante das manifestações ocorridas na reunião, a necessidade de
234 revisão mais abrangente. Foi então proposta a realização de uma escuta específica
235 para discutir o Regimento Interno do CRIASANA, ouvindo os atuais expositores, demais
236 artesãos da região e a comunidade local, de forma a compreender as dificuldades de
237 acesso, horários, funcionamento, férias, ocupação dos boxes e demais regras.
238 Ressaltou-se que, enquanto não houver aprovação de nova regulamentação,
239 permanece válido o regimento atualmente em vigor. Também foi apontada a
240 necessidade de avaliar futura ampliação da estrutura física do equipamento,



241 considerando que o número de boxes disponíveis é inferior à quantidade de artistas e
242 artesãos existentes no Sana. Diante da extensa pauta e do horário avançado, discutiu-
243 se a necessidade de melhor organização das reuniões futuras, evitando que um único
244 encontro concentre número excessivo de temas. Foi sugerido que reuniões
245 extraordinárias tratem preferencialmente de uma pauta específica, permitindo debate
246 mais aprofundado e evitando o esvaziamento das reuniões ao longo de muitas horas.
247 Ficou reafirmado que a pauta emergencial seguinte seria a PNAB, cuja reunião
248 extraordinária seria agendada posteriormente, preferencialmente em horário noturno
249 e em formato on-line, visando ampliar a participação da classe trabalhadora da
250 cultura. Também ficou registrado que a questão do CRIASANA e de seu Regimento
251 Interno deverá ter momento específico de discussão, mediante escuta mais ampla e
252 organizada. Nada mais havendo a tratar, e considerando que já se aproximavam das
253 quatorze horas, o Presidente declarou encerrada a reunião, agradecendo a
254 participação dos conselheiros e representantes da sociedade civil e reafirmando o
255 compromisso de dar continuidade às pautas pendentes por meio de reuniões
256 específicas e dos encaminhamentos formalmente deliberados pelo Conselho.